

PK
H

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE--

----- ATA NÚMERO TREZE -----

----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, reuniu no Auditório do Liceu Camões, sito na Rua Almirante Barroso, número vinte e cinco letra B, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Pedro Manuel Dias Louro, e pela Segunda Secretária, Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Intervenção do público; -----

----- Ponto 2 – Período antes da ordem do dia; -----

----- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas das sessões anteriores; -----

----- Ponto 4 – Tomada de posse de novo membro à Assembleia de Freguesia; -----

----- Ponto 5 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2, do art.º 9º, da Lei nº 75/2013; -----

----- Ponto 6 – Análise, discussão e votação do Regulamento dos Apoios Sociais; -----

----- Ponto 7 – Análise e autorização da Celebração dos Protocolos: -----

----- a) Parceria referente a distribuição do Banco Alimentar entre a JFA e o Centro Social e Paroquial de S. Jorge de Arroios; -----

----- b) Protocolo de Parceria entre a Junta de Freguesia de Arroios e a Associação Conversa Amiga (ACA) – Quiosque da Saúde; -----

----- c) Protocolo de Parceria para a recolha de géneros alimentícios entre o LIDL & Companhia, Dariacordar – associação para a recuperação de desperdício e a JFA; -----

----- d) Minutas de Protocolos de Colaboração Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) e o Protocolo de Colaboração Componente de Apoio à Família 2018_2019. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Carla Cristina Barreto Madeira da Silva, Jorge Manuel André Rodrigues, José Eduardo Vera Matos, Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Ana Gabriela Naré de Morais Freire e André Filipe Calvário Roma. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Paula Cristina dos Santos Ferreira Castela Correia, João Francisco Borges da Costa e Luis Manuel Castela da Costa Mendes Correia. -----

----- **Independente** – Vitor Carlos Teles Fernandes. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Margarida Antónia Antunes Barata. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Francisco Duarte Canastrinha Tavares Alves. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – António Morgado Valente. --

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

----- Maria Lúcia Mittermayer Madureira de Almeida Saraiva Borges Leitão, que justificou a sua ausência e foi substituída por Paula Castela; -----

----- José Manuel Cal Gonçalves, que justificou a sua ausência e foi substituído por Luis Correia; -----

----- Maria Eugénia Saraiva Ferreira da Gama e Silva, que justificou a sua ausência e foi substituída por João Costa; -----

----- Ana Luísa Martins Pereira Mirra, que justificou a sua ausência e foi substituída por Francisco Alves; -----

----- Frederico Sapage Lemos Mira Pereira, que justificou a sua ausência e não foi substituído;-----

----- Ana Júlia Ganço Filipe, que justificou a sua ausência e não foi substituída.-----

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Margarida Carmen Nazaré Martins, Vogal – André de Jesus Gomes, Vogal – Joaquim Maria Prada, Vogal – António José Serzedelo da Silva Marques.-----

----- Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do público;** -----

----- **Freguesa Camila Nazaré** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa noite.-----

----- *Eu venho pôr um problema pessoal. Eu sou residente na Rua Cruz da Carreira, nº 46 rés-do-chão, que é o pólo da Pena.-----*

----- *Acontece que tenho um problema de habitação. A casa onde viva é da Santa Casa da Misericórdia e a casa está já há uns anos para ir para recuperação. Só já lá existem dois moradores, eu e uma vizinha do rés-do-chão. Acontece que o arrendamento estava em nome da minha mãe e a minha mãe faleceu no dia 10 de fevereiro deste ano.-----*

----- *Eu entretanto tenho em curso um processo de incapacidade física pela junta médica da ARS. Acontece que eu participei à Santa Casa da Misericórdia o falecimento da minha mãe, que era a arrendatária, solicitando que o arrendamento passasse para meu nome. Sou filha e resido ali, sempre residi com ela e sempre nesta casa desde os meus 6 anos de idade, tenho 72. Fomos como hóspedes, o arrendamento quando a senhora faleceu foi para nome do meu pai, os meus pais divorciaram-se e o arrendamento passou para o nome da minha mãe, um aditamento ao contrato. Estava agora em nome dela e desde estes anos todos que lá resido.-----*

----- *Quando a Misericórdia recebe a carta a dar-lhe a informação da morte, eu, entretanto solicitei fundamentando, segundo a legislação, que tenho mais de 65, estou com incapacidade e apresentei também a documentação do rendimento mínimo porque a Lei diz que são cinco salários mínimos anuais para ter direito. Eu preenchi esses requisitos e mandei toda a documentação necessária.-----*

----- *Passado algum tempo recebi a informação da Misericórdia, a dizer-me que eu não tinha direito ao arrendamento porque a legislação que eu refiro só entrou em vigor no dia 13 de fevereiro e a minha mãe morreu no dia 10 de fevereiro. -----*

----- *Dai que eu tenho ordem de despejo, que são seis meses a contar da data do falecimento da minha mãe. Isto vai acabar em agosto, portanto estamos quase lá. Acontece que eu não sou capaz de aceitar esta situação.-----*

----- *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma instituição virada para ação social na cidade, a missão. É verdade que a legislação tem uma data de entrada em vigor, mas por três dias e numa situação desta natureza, uma pessoa que já lá vive há 66 anos, que nunca teve outra residência, que tem uma incapacidade, por três dias é-lhe dada uma ordem de despejo. -----*

----- *Eu acho que isto é praticamente insustentável, ainda que fosse um particular, mas nem sequer é um senhorio particular, é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que pelos vistos tem um comportamento igual aos outros. A função para que existe não está a exercê-la na sua totalidade. De maneira que eu venho solicitar a intervenção deste órgão autárquico junto da Santa Casa da Misericórdia no sentido que ela venha a reverter o despacho que deu.-----*

----- *Não me parece que seja justo, não é só a mim pessoalmente, acho que qualquer pessoa nesta situação, quer pelos anos de vivência, quer pela diferença de dias, quer*

pelo estado de incapacidade que tenho. De maneira que solicito a vossa intervenção no sentido de reverter este despacho.-----

----- *É tudo o que eu tenho a dizer. Aguardo alguma informação.* -----

----- **Freguesa Maria Helena Rato** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa noite. Eu venho aqui como vizinha e amiga da Camila reforçar o apelo dela e dizer também o seguinte: a Camila é uma pessoa que foi autarca. Na altura, quando havia a Freguesia da Pena, ela foi durante muitos anos eleita pela Freguesia, ela e a mãe. A mãe também era uma pessoa muito empenhada em toda a ação pública, muito assídua das assembleias de freguesia e toda a gente a conhece.*-----

----- *Além disso, a Camila tem efetivamente um problema de saúde grave, que é degenerativo. A saúde dela tem vindo a deteriorar-se e vai-se deteriorar, porque ela tem uma doença genética degenerativa e vai precisar do apoio dos amigos e de vizinhos. Portanto, ela não pode sair dali para nós podermos acudir.*-----

----- *Evidentemente que toda esta questão se insere numa situação dramática, penso que para a Cidade de Lisboa, em que se fala da gentrificação da Cidade de Lisboa e nós não concordamos com essa situação. Pensamos que a Cidade de Lisboa tem que ser para os seus autóctones, para os seus habitantes, para os pobres como para os ricos.*-----

----- *Estando perante uma situação que é um caso óbvio de grande injustiça não podemos aceitar de maneira nenhuma que por um lapso de três dias a Camila seja despejada. É desumano e é nesse sentido que eu venho reforçar aqui o apelo da Camila e deixar aqui esse apelo, a que a Junta de Freguesia de Arroios atue junto da Santa Casa da Misericórdia.*-----

----- *Devo ainda dizer uma questão, eu sou dirigente da Associação Portuguesa de Deficientes, sou vogal da sua direção nacional, a Camila é nossa sócia e a nossa associação já oficiou a Santa Casa da Misericórdia sobre esta questão e vamos lutar pela Camila.*-----

----- *Obrigado.*-----

----- **Freguês Luis Manuel Castro** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito boa tarde Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, boa tarde Senhora Presidente da Junta de Freguesia e Executivo, digníssimos Membros da Assembleia.*-----

----- *Em nome dos “Vizinhos de Arroios” gostaria de trazer a esta Assembleia alguns pontos que são relevantes e de extraordinária importância para a Freguesia e o primeiro prende-se com a torre da Portugália.*-----

----- *Eu tenho acompanhado as diligências e tenho participado em alguns eventos organizados para manifestar o descontentamento dos moradores da Freguesia de Arroios sobre este projeto urbanístico na Freguesia. Entendemos ser despropositado e motivador de mais gentrificação e até turistificação da Freguesia.*-----

----- *Nas últimas iniciativas que tivemos ficou decidido que os “Vizinhos de Arroios” irão a Dresden na Alemanha, depois de contactada a associação de médicos que tem as participações de fundo de investimento imobiliário, porque o que nós queremos fazer é responsabilizar também aqueles que estão a tirar lucros com base neste empreendimento. Eles devem ter a noção de que se a coisa der para o torto terão que ser responsabilizados, há um risco para eles. Esta é a posição que nós vamos ter na Alemanha.*-----

----- *Ainda não está nada decidido em relação à torre. Ontem tive oportunidade de participar na reunião do Executivo da Câmara Municipal, tive oportunidade de expor o problema e informar também o Senhor Presidente da Câmara da nossa ida a Dresden e ele teve oportunidade de informar que ainda não está nada decidido em relação ao*

projeto da torre. Enquanto assim se mantiver os "Vizinhos de Arroios" vão manter a defesa da sua posição, de que esta torre não é possível por vários motivos. Do nosso ponto de vista essencialmente legal. -----

---- Nós temos um PDM que é para ser respeitado. O PDM é um documento estruturante da política urbanística da cidade e um regulamento que depois permite uma série de concessões de natureza duvidosa não pode afastar as regras do PDM de forma liminar, que é aquilo que acontece neste projeto da Portugália. -----

---- A novidade aqui é informar que vamos a Dresden, vamos conversar com as pessoas, neste caso a associação médica que detém as participações neste fundo Sete Colinas, que é o fundo da torre da Portugália. -----

---- Os "Vizinhos de Arroios" têm sido constantemente bombardeados com pedidos de informações relativamente à situação do metro de Arroios. Gostaria que a Senhora Presidente ou alguém do Executivo informasse a Assembleia do que é que se passa com o metro de Arroios e quais são as diligências que se prevêem que possam ocorrer no futuro. -----

---- Relativamente ainda ao projeto da Portugália, gostaria de convidar a Assembleia a fazerem uma Assembleia extraordinária para discutirem este assunto. Propunha à Senhora Presidente da Assembleia que pondere oportunamente, porque o assunto é importante para a Freguesia. Caso contrário, os "Vizinhos de Arroios" vão avançar com uma proposta de Assembleia extraordinária, com recolha de assinaturas, para debater o problema da Portugália. -----

---- Não há nada como deixar à consideração dos Membros da Assembleia esta proposta que estou a fazer. -----

---- Relativamente à parte dos despejos gostaríamos de fazer uma pergunta ao Executivo. Quantas pessoas estão a ser despejadas na Freguesia de Arroios? A Junta tem a noção do número de pessoas que estão a ser despejadas? Pessoas como esta senhora que aqui está, como eu próprio, que também vivo aqui há 53 anos. -----

---- Eu tomei a iniciativa de apresentar recentemente uma ação no Tribunal Constitucional para pedir a declaração de inconstitucionalidade do artigo 26 das disposições transitórias do NRAU, que permite esta barbaridade, na maior parte dos casos é uma verdadeira barbaridade. -----

---- Dizer já aqui à Senhora Camila que os "Vizinhos de Arroios", a Habita e uma série de associações ligadas a esta problemática dos despejos irão dar todo o seu apoio para denunciar e promover esta situação que achamos aberrante, especialmente quando praticada pela instituição que na cidade deveria ter a responsabilidade de evitar exatamente que uma pessoa... eu já nem falo de pessoas como eu, mas esta Senhora que aqui está e que tem a situação que tem. -----

---- É tudo. Faço votos, como deverá ser a última Assembleia, que tenham todas umas boas férias e que nos voltemos a encontrar novamente no após férias. -----

---- Obrigado a todos." -----

---- **Freguês Paulo Miranda** fez a seguinte intervenção: -----

---- "Muito boa noite a todos. Eu não venho cá, como de costume, dizer mal da Junta de Freguesia. Nós escrevemos um texto para ler: -----

---- Em representação da direção do Clube Atlético de Arroios, o nosso principal objetivo desta nossa intervenção é agradecer o apoio que nos foi dado na realização de mais um arraial na Rua de Arroios. Assim sendo, queremos agradecer à Junta de Freguesia pelo apoio dado nos licenciamentos atribuídos ao Clube Atlético de Arroios, assim como o parecer favorável à realização do nosso arraial; à Proteção Civil de Arroios que esteve presente no nosso arraial no dia 12 de junho; aos moradores da Rua de Arroios que sem exceção apoiaram a direção do Clube Atlético de Arroios nos

preparativos durante e após o arraial; à higiene urbana, pólo de Arroios, que mais uma vez foram excepcionais, quer na limpeza quer no apoio logístico. -----

----- Neste ano tivemos novamente quatro dias de arraial, sendo que fomos inovadores em realizar no dia 9 de junho, domingo, o Santo António dos pequeninos. Um dia diferente que foi feito das 14 às 19 horas, com o objetivo deste dia ser para os mais novos e para as famílias. Contámos com a presença da marcha infantil do Alto Pina, a marcha infantil da Voz do Operário, a marcha infantil de São Vicente. Tivemos ainda a presença do grupo coral e instrumental Rainha Santa Isabel, assim como a animação de rua proporcionada pela oficina de teatro do Clube Atlético de Arroios, na qual queremos deixar um agradecimento especial à Professora Margarida Barata, assim como à Associação Cultural "Resto do Nada". Sem eles o nosso arraial não se teria realizado. -----

----- Tivemos aproximadamente a presença de 300 crianças a desfilar, a cantar, as quais foram brindadas pelo Clube Atlético de Arroios com um lanche, com o especial apoio da Compal. -----

----- Evento como este nasceu de uma pequena brincadeira na Rua de Arroios, na altura dos Santos Populares em 2012 e que em 2019 solidifica-se como um dos arraiais mais conhecidos da Cidade de Lisboa, faz com que a visibilidade da Freguesia aumente e o espírito popular fique nos moradores. -----

----- Este evento faz com que a nossa Freguesia, principalmente a Rua de Arroios, seja visitada. Fez com que efetivamente o comércio local crescesse desde a realização do nosso arraial, porque a palavra vai de boca em boca. É um fator de orgulho receber este feed-back de todos os moradores e das pessoas envolvidas e mostra que fazemos o nosso papel social. Papel social esse que este ano a direção do Clube Atlético de Arroios ainda reforçou mais com o pedido de colaboração de pessoas com dificuldade dentro da Freguesia, especialmente com dois sem-abrigo, que nós os ajudámos monetariamente, com roupas e alimentação. Foi a forma de nos inserirmos e ajudarmos realmente quem precisa. -----

----- A responsabilidade também aumenta. Com o passar dos anos e com a procura a aumentar, aproveitamos para mostrar a esta Assembleia que queremos continuar com este evento, mas pedíamos um apoio no campo burocrático pela parte da nossa Junta de Freguesia. -----

----- Este ano de 2019 a parte burocrática aumentou. Foi necessário, com o crescimento deste evento que a direção do Clube Atlético de Arroios acatou efetuando todos os esforços para que tivéssemos todas as licenças. Eu passo a citar os valores das licenças, para que todas as pessoas tenham uma noção daquilo que se gasta na parte burocrática: -----

----- Licença da Sociedade Portuguesa de Autores – 308 euros, licença da PassMúsica – 146 euros, policiamento da PSP para o fecho de rua – 1168 euros, seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais – 500 euros, plano de emergência exigido no licenciamento – 300 euros, aluguer de extintores e cumprimento de normas de segurança impostas pelo plano de emergência – 200 euros. Isto dá um valor total de 2600 euros, mais coisa menos coisa. -----

----- Para o ano de 2020 comprometemo-nos desde já perante esta Assembleia de Freguesia, a direção do Clube Atlético de Arroios propõe-se novamente organizar este evento e pedimos um especial apoio à Junta de Freguesia na parte burocrática que este evento exige e que cada vez mais vai exigir. -----

----- Para finalizar queremos reforçar o nosso agradecimento à Junta de Freguesia de Arroios pelo apoio dado, porque sem ela nada disto era possível. O nosso muito obrigado à Junta e aos moradores da Rua de Arroios. -----

----- **Freguês José da Silva** fez a seguinte intervenção: -----
----- *"Boa noite. Eu queria antes de mais cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia, os restantes Membros do Secretariado, Presidente do Executivo e restantes Membros do Executivo, Membros da Assembleia, funcionários e público em geral.-----*
----- *Certamente me vão dizer aqui que eu venho mais uma vez falar do circuito de manutenção da Pena, mas desta vou ser muito breve. Pela primeira vez recebi uma resposta do Executivo. Após mais de meia dúzia de e-mails e contactos aqui que já duram há mais de três anos e que nunca me respondiam. Desta vez responderam, mas utilizei um método um bocadinho menos simpático, é que resolvi mandar o mesmo e-mail todas as semanas. Obviamente que aí já tive uma resposta, que nunca teve em conta os comentários que fui fazendo durante estes anos, mas de qualquer forma pode ser uma porta para o diálogo, pelo menos para tentar resolver o problema. -----*
----- *Eu julgo, como respondi no meu e-mail, que este é o único circuito de manutenção que existe em toda a Freguesia e é algo que prestigia. Portanto, deixá-lo ao semiabandono como ele tem sido verificado... -----*
----- *Gostaria agora não que me respondessem, mas que tivessem em linha de conta aquilo que mandei escrito, para perceberem que um circuito de manutenção não é apenas deixar lá umas coisas, é mais do que isso. De qualquer modo, hoje não venho falar mais deste assunto. -----*
----- *Eu gostaria era de falar de outros três pontos. Num deles fiquei um bocadinho alarmado e como não gosto de se colocar coisas anónimas na rua, eu verifiquei no fim-de-semana passado. Estavam assim alguns papéis espalhados pelo menos na zona onde eu vivo referentes ao Mercado 31 de Janeiro, que não tinha condições. Eu faço esta pergunta para dar oportunidade ao Executivo de falar a toda a gente. Eu não gosto daquele tipo de coisas, mas acho que se esclarecerem aqui este público poderemos transmitir e se houver dificuldades certamente que irão tentar resolver. -----*
----- *Um outro assunto é referente a algo que foi referido quando das últimas eleições. Antes das últimas eleições falou-se do centro de saúde que ia para a Rua José Estevão. Passaram já cerca de dois anos e nada aconteceu. A pergunta que eu faço é se trata apenas de algo que se falava antes das eleições e agora foi esquecido ou se há novidades. -----*
----- *Eu acho que é uma necessidade que a Freguesia tem mas nunca mais ouvi falar, acabou com o ato eleitoral. Não sei se é por coincidência ou não. -----*
----- *Finalmente é um alerta. Como é sabido na Rua de Santa Bárbara, rua que liga o Largo de Santa Bárbara na direção da Embaixada de Itália, à direita, uma pequena zona arborizada que é responsabilidade da Junta de Freguesia. -----*
----- *Eu costumo passar lá frequentemente, quando por exemplo vou para o circuito de manutenção da Pena, e uma coisa que tenho reparado é que a primeira árvore que está logo à entrada está seca, ela está quase na vertical, mas está seca. -----*
----- *Um pouco mais adiante, antes do número 42 quando se vai na direção da Embaixada de Itália, o que é que se vê? Vê-se uma árvore que foi cortada, a seguir vê-se outra árvore seca e a seguir uma árvore que de facto está verde, mas que também está inclinada. -----*
----- *O que é que eu quero alertar? Isto é mais um alerta do que outra coisa. Eu recordo que o outono há-de vir e nessa altura, se calhar com o outono e com o inverno, com as chuvadas e com vento pode acontecer uma coisa dramática, que é aquilo cair em cima de alguém ou sobretudo cair em cima de automóveis, porque ali estacionam automóveis. Isto é um alerta, porque obviamente as pessoas não podem estar em todo o lado e como eu passo ali de vez em quando gostaria que resolvessem o problema e não ser depois, quando vier nos jornais, porque acho que não vale a pena chegarmos lá."-*

----- **Freguês Frederico Guerreiro** fez a seguinte intervenção: -----
----- *“Boa noite. Desejo cumprimentar em primeiro a Mesa desta Assembleia de Freguesia de Arroios pela pessoa da Senhora Presidente Anabela Valente. Desejo cumprimentar o Executivo político da Junta de Freguesia de Arroios pela pessoa do Senhor Jorge Lavaredas. Desejo cumprimentar e saudar todas as bancadas que representam os vários partidos nesta Assembleia. Desejo também saudar o público presente, em número muito escasso, mas estamos cá, o mais importante é estarmos cá nesta Assembleia. Desejo saudar todas as famílias que nos acompanham através do canal TV Arroios. E agora vamos ao assunto: -----*
----- *Excelentíssima Senhora Presidente desta Assembleia de Freguesia de Arroios, Senhora Anabela Valente, mais uma vez venho a esta Assembleia para dar a minha cara pela cidade em primeiro, Lisboa, e pelos graves problemas deste território que pertence a Lisboa e que tem por nome Freguesia de Arroios. -----*
----- *Eu há muitos anos alertei o Executivo da Junta para a situação de extrema gravidade dos sanitários dos dois mercados da Freguesia, o Mercado 31 de Janeiro que fica concretamente à Praça José Fontana, Picoas, e o Mercado do Forno do Tijolo que fica concretamente ao cimo da Rua Maria da Fonte. Isto já não há volta a dar, porque o Executivo não pode afirmar que não tinha conhecimento. Teve conhecimento logo até na primeira visita oficial que o Senhor Presidente da Câmara fez ao Mercado do Forno Tijolo. -----*
----- *Mais, dei-me ao trabalho até a falar com a Excelentíssima Senhora Presidente da Associação dos Comerciantes dos Mercados, que está presente na mesma Assembleia. Até à data de hoje nada foi feito pelo Executivo e eu, na minha condição de munícipe preocupado com os problemas de Lisboa e concretamente da Freguesia de Arroios, fiz um levantamento exaustivo que trago aqui a esta Assembleia, que é um caderno fotográfico que passo a mostrar a toda a Assembleia. Isto não há já forma de se embrulhar mais, porque nenhum destes sanitários está ao abrigo das normas que são obrigatórias. São paredes completamente abertas, como podem confirmar, são tubos pelo percurso das paredes, são sanitários. Ou seja, portas que dão acesso aos sanitários totalmente abertas. Isto já não é permitido pelos regulamentos, tubagem exterior, canalizações misturadas com fios elétricos. Isto tudo no Mercado 31 de Janeiro, do qual eu tomei a iniciativa de fotografar e de fazer também informação, que não a podia fazer em meu nome próprio, tinha que fazer em nome de Arroios. -----*
----- *Os respetivos cartazes que aquele ilustre freguês viu e que lhe fez confusão, eu não podia colocar aqui o meu nome, isto não é um problema particular de um freguês, é um problema de Lisboa que está localizado no território da Freguesia de Arroios. -----*
----- *Agora vou mostrar e as fotos falam por si: Mercado do Forno do Tijolo. Estão a ver no estado vergonhoso em que isto de encontra? Literalmente falta tudo, até sabão para as mãos. Portas a cair, vidros partidos, espelhos partidos, suportes para os rolos de papel higiénico que não há, um cheiro imundo por falta de higiene ao longo de todo o funcionamento. Falta também a respetiva sinalética que informe todos os clientes que diariamente frequentam o mercado, ou o mini-mercado do Forno do Tijolo. -----*
----- *Como todos os presentes têm conhecimento, o antigo mercado foi assassinado por vários interesses. Está ali um espaço fechado a toda a população de Lisboa, sem vida própria. -----*
----- *Senhora Presidente desta Assembleia, eu desejo informar a Senhora que informei o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Medina, informei o Senhor Vereador da competência, Carlos Castro, que foram atribuídos novos pelouros há menos de 48 horas e um deles é concretamente mercados. Portanto, isto já não há volta a dar. -----*

----- Para concluir desejo solicitar a Vossa Excelência, Senhora Presidente Ana Valente, que dê as respetivas ordens aos serviços da competência desta Assembleia de Freguesia de Arroios para que este caderno possa vir a ser fotocopiado e as fotografias serem todas com rigor distribuídas a todas as bancadas partidárias com assento nesta mesma Assembleia. -----

----- Senhora Presidente, para terminar desejo informar que não me vai ser possível estar presente fisicamente até ao encerramento dos respetivos trabalhos, pelo motivo que tenho um conjunto de pessoas à minha espera para mais uma reunião para falar dos mesmos problemas. -----

----- Boa noite. Disse." -----

----- **Freguês Jaime Saraiva** fez a seguinte intervenção:-----

----- "Boa noite. Eu queria deixar aqui um pedido à Junta. O passeio nesta rua ali do lado do INEM está muito escorregadio e é perigoso. Eu já assisti a várias pessoas dar quedas ali e depois lá vão para o Hospital de São José. É para a Junta levar este assunto à Câmara de Lisboa e porem um passeio amigo dos peões. -----

----- Uma sugestão que eu deixo aqui também é que o mercado que está entre a estação das Picoas e a Rua das Picoas, eu acho que é mais lógico que ficasse conhecido como mercado das Picoas, tal como existe o Mercado de Arroios e o Mercado de Alvalade. São nomes que identificam o local, sem confusão nenhuma e é fácil. -----

----- Aliás, nessa ordem de ideias também o Metro teve a inteligência de mudar a estação de Sete Rios para estação do Jardim Zoológico, porque é fácil de identificar. -

----- Era só isto." -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que ia agendar urgentemente uma reunião com a Senhora Camila para se empenhar nesse assunto. Era uma situação grave e queria empenhar-se diretamente, até para falar com o Senhor Provedor da Misericórdia. Por isso pedia à Doutora Lúcia para recolher os dados e entregar um cartão seu, para tratar pessoalmente essa situação que era bastante grave.-----

----- Agradeceu as palavras do Clube Atlético de Arroios, que poderia sempre contar com a Junta e que fazia um trabalho excelente tanto com a população como com os jovens e crianças da Freguesia. -----

----- Sobre o Mercado 31 de Janeiro e um cartaz a dizer que não tinha condições, o mercado estava em reestruturação, havia uma parte que era a loja do cidadão. Estavam também em obras nas casas-de-banho. Esse mercado, além de ser utilizado pelas pessoas do mercado, também era utilizado pelas pessoas sem-abrigo, mas que deixavam a casa-de-banho impecável. -----

----- A certa altura, tiveram que retirar os espelhos porque a porta era antiga e refletiam o que se passava dentro da casa-de-banho.-----

----- Sobre o centro de saúde, já tiveram algumas reuniões com os direitos sociais da Câmara e com o Ministério da Saúde. O centro de saúde não podia ser feito naquele terreno por baixo do Hospital Dona Estefânia e talvez passasse para a zona do antigo Hospital de São Lázaro. -----

----- Em relação a alterar o nome dos mercados, era a Câmara que tinha essa possibilidade e já havia vários pedidos para alterações.-----

----- Quanto ao Mercado do Forno do Tijolo e as casas-de-banho, era um mercado que estava em condições. Tinha casas-de-banho suficientes para os vendedores que utilizavam o mercado, mas era muito utilizado por outras pessoas e muitas vezes deterioravam. Eram pessoas que se abrigavam ali debaixo das arcadas e não podiam correr com elas, por vezes seis e sete pessoas e que utilizavam a casa-de-banho. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, disse que a questão da torre da Portugália tinha começado a ser discutida na Assembleia de Freguesia a propósito de

A

uma moção do PCP e depois continuara em diversos fóruns. A Junta tinha intensas conversas e intensas reuniões com a CML, aliás envolvera-se e exigira a realização de uma sessão pública cerca de um mês e tal antes para a discussão do projeto. -----

----- De tudo aquilo que o Executivo conhecia do projeto e que era a discussão pública até ao momento, dividia a análise em duas perspetivas. Um projeto dessa dimensão tinha uma perspetiva de processo administrativo de licenciamento urbanístico e depois havia uma outra perspetiva que tinha a ver com o projeto em si, as qualidades ou os defeitos do projeto do ponto de vista conceptual. -----

----- Relativamente ao primeiro ponto, era claro que qualquer projeto licenciado na Cidade de Lisboa, especialmente aqueles tinham mais impacto e mais visibilidade pública, era estrita obrigação dos poderes públicos, nomeadamente dos poderes autárquicos e nesse caso do Município que tinha a competência de licenciar ou não, conseguir explicar o processo de licenciamento de forma absolutamente clara. Na perspetiva da Junta isso ainda não tinha acontecido. -----

----- Na discussão pública acontecera um conjunto de perguntas pertinentes, por várias pessoas, nomeadamente quanto ao processo de licenciamento, quanto à questão da volumetria, quanto à área de construção e como isso se relacionava com o cumprimento de disposições legais, cumprimento dos regulamentos, a questão dos créditos. Não havia capacidade na altura e até ao momento da Câmara Municipal ser clara sobre essa matéria, o que prejudicava a possibilidade de um processo desses avançar se isso não acontecesse de uma forma muito clara. -----

----- Na perspetiva da Junta, não tendo isso acontecido, estava claramente prejudicada essa possibilidade e não pondo o Executivo em causa a lisura do processo administrativo, entendia que os poderes públicos tinham que se habituar a ser muito mais transparentes e claros nas respostas que davam aos cidadãos sobre os projetos que queriam implementados na cidade, tanto de promoção pública como de promoção privada. Mesmo os de promoção privada, muitos deles tinham processos de licenciamento associados. -----

----- Era um aspeto que consideravam criticável e que devia merecer da Câmara uma atuação diferente, ou pelo menos mais capaz no sentido de esclarecer cabalmente todas as questões colocadas sobre essa matéria. -----

----- Outra questão tinha a ver com a qualidade do próprio projeto. Era uma questão mais difícil de tratar, na medida em que ninguém do Executivo era arquiteto. O que entendiam era que o projeto tinha algumas questões inaceitáveis. Não era aceitável que a questão da impermeabilização dos solos não tivesse sido considerada. -----

----- Disseram à Câmara que devia haver todas as adaptações necessárias ao projeto para promover a permeabilidade dos solos e não a escorrência torrencial das águas das chuvas. Era uma matéria que não estava devidamente tratada no projeto. -----

----- A matéria mais polémica, a torre, não havia do ponto de vista público um conjunto de imagens rigorosas que permitissem perceber o verdadeiro impacto da torre no sistema de vistas e também no local. A questão do ensombramento preocupava e bem muitas das pessoas que viviam naquela zona. Essa matéria devia ser absolutamente melhorada no sentido de ser claro e objetivo, por entidades independentes, qual o impacto do ensombramento daquela torre no local. -----

----- Entendiam que, independentemente de ser feita ou não, a altura da torre poderia ser substancialmente diminuída. Um dos aspetos positivos em comparação com outros projetos era que grande parte da construção seria para arrendamento e para utilização de longo prazo. No entanto, quando olhavam em detalhe o projeto verificava-se que por exemplo o pé direito não teria que ser tão elevado para cumprir a função habitação.

Causava alguma preocupação que ao longo dos anos essa função fosse desviada para outras funções menos interessantes para a Freguesia e para as pessoas que ali viviam.--

----- A altura da torre podia ser substancialmente diminuída, a própria implantação da torre podia ser substancialmente modificada no sentido de ter muito menos impacto na Almirante Reis. Ela estava completamente encostada ao passeio da Almirante Reis e isso era um aspeto também criticável. -----

----- Havia um aspeto relevante e que tinha a ver com a qualidade do espaço público em torno daquela zona. Esses projetos tinham que levar mais valias para as pessoas. Era positivo haver uma zona que fosse espaço de utilização pública dentro do quarteirão, mas deveria haver medidas mais alargadas, nomeadamente ao nível da António Pedro e até do Regueirão dos Anjos no sentido de promover a valorização daquele espaço público. -----

----- Não estavam realizadas as respostas de forma cabal por parte da Câmara relativamente ao processo de licenciamento, sendo essa uma questão central no processo. O que era exigível seria a Câmara explicar esse processo de forma clara e objetiva, o que ainda não fora conseguido e tinha que ser feito. -----

----- Disse que realmente a Freguesia tinha muitos problemas de gentrificação, turistificação, de despejos, de problemas com a habitação. Aliás, tinha sido colocada uma questão muito concreta e ainda mais chocante do que a maioria das que conheciam.

----- Parecia haver uma moção e não queria intrometer-se nessa discussão, mas pedia-se o apoio dos movimentos sociais e associativos da Freguesia numa luta de levar para o poder do Município a capacidade de promover habitação acessível e outro tipo de infraestruturas no terreno do Miguel Bombarda. Era uma luta que a Senhora Presidente iniciara uns meses antes. -----

----- Era importante a sociedade civil mobilizar-se para dizer que não queria algumas coisas, como era o caso da torre da Portugália, mas que também se mobilizasse para dizer que queria outras. Não se enganassem, fosse licenciada ou não a torre da Portugália, que infelizmente não era uma competência da Freguesia, grande parte dos problemas de habitação e de equipamentos sociais na Freguesia ficavam exatamente na mesma como estavam antes da decisão. -----

----- Era preciso fazer-se muito mais, com o envolvimento do Estado Central e por isso a questão dos terrenos do Miguel Bombarda era absolutamente central, para que também o Município tivesse capacidade. Conseguia-se fazer habitação acessível, centro de saúde, uma nova escola básica e creches, um centro intergeracional, espaços verdes e até espaços de lazer. Aquele espaço dava para tudo isso e, portanto, era uma coisa que devia mobilizar. Deviam mobilizar-se para dizer que não queriam umas coisas, mas também para exigir que outras se fizessem. Portanto, também pedia o apoio nessa luta.

----- Em relação ao Clube Atlético de Arroios e não só o apoio na parte burocrática, tiveram oportunidade de conversar na noite de Santo António e o Executivo deixara o compromisso de no próximo ano, em vez de ser o clube a ir ter com a Junta para licenciar o arraial, aliás aplicava-se a todos os arraiais, no final de janeiro a Junta de Freguesia dirigia-se aos promotores e iria de forma integrada com o licenciamento, com a proteção civil, a higiene urbana, o espaço público, ver como poderiam de forma mais proativa ajudar nessa questão. -----

----- Quanto à questão do metro em Arroios, como sabiam a empreitada fora rescindida por manifesta incapacidade do empreiteiro de executar a obra. Estava em processo de novo concurso de empreitada. Era uma matéria em que infelizmente a Junta não tinha grande capacidade para mudar a realidade. O que tinham feito e a Senhora Presidente fizera várias ações naquela zona, até com os comerciantes, no sentido de exigir ao

Metro por um lado toda a rapidez nos procedimentos administrativos para avançar com a obra de forma definitiva.-----

----- Arroios tinha três estações de metro e não podiam esquecer que a estação do Intendente e parte da estação dos Anjos estavam num estado pouco recomendável. Essa era uma exigência feita pela Senhora Presidente à administração do Metro e aí nem havia grandes questões orçamentais e administrativas, porque com relativamente pouco investimento poderiam ter muito mais qualidade do ponto de vista da sua limpeza, da sua iluminação e da sua segurança, o que infelizmente não acontecia.-----

----- Havia um compromisso do Metro com a Senhora Presidente no sentido de atuar rapidamente nessas estações. Se não cumprissem, lá estaria a Junta para lhes lembrar. -

----- Na questão da mobilidade havia um aspeto que lutavam muito com a Câmara, para que rapidamente fosse implementada a carreira de bairro na Freguesia. Estavam a ser criadas várias carreiras de bairro na Cidade de Lisboa e era muito importante na Freguesia para ligar a zona nascente à zona poente. Essa mobilidade mais transversal do que o metro estava prejudicada e rapidamente tinha que ser colocada no terreno.-----

----- Disse que finalmente a Câmara Municipal de Lisboa aprovara as disposições no sentido da alteração do Regulamento de Taxas do Município, permitindo à Junta não cobrar taxas aos comerciantes afetados pela obra. Em boa verdade a Junta não as tinha cobrado, fazendo uma interpretação extensiva das suas competências. Já não tinha necessidade de o fazer e podia estar confortável no sentido de manter essa isenção de taxas em função do tipo de situação.-----

----- Em relação à zona verde da Rua de Santa Bárbara, estava em fase muito adiantada um projeto da Câmara de Lisboa de habitação para renda acessível que iria requalificar toda a Rua de Santa Bárbara, todos os espaços verdes e toda a escadaria que ligava à Rua das Barracas. Era um projeto que a Junta tivera oportunidade de ver, de enorme qualidade. Só esperava que à qualidade se juntasse a rapidez e que fosse rapidamente implementado.-----

----- Ajudava a resolver o problema grave da habitação e a qualidade do espaço público naquela zona, que estava algo degradado. Teriam em atenção aquilo que se poderia fazer àquelas árvores, sendo certo que não iriam plantar árvores. A área dos espaços verdes iria atuar, mas não faria uma intervenção muito profunda no sentido de substituir aquelas espécies arbóreas, na medida em que depois seria prejudicada por uma intervenção a curto prazo da Câmara.-----

----- **Ponto 2 – Período antes da ordem do dia;**-----

----- **Membro Francisco Alves (PCP)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Pesar** -----

----- *Ruben de Carvalho* -----

----- *Ruben de Carvalho faleceu dia 11 de Junho de 2019, com 74 anos, em consequência de problemas de saúde que exigiram internamento hospitalar.*-----

----- *Intelectual comunista, assumiu uma intervenção destacada na actividade do PCP, tendo desempenhado importantes tarefas, cargos e responsabilidades. Ruben de Carvalho teve uma vida de intervenção e de luta na resistência antifascista, no movimento associativo estudantil, abraçou com intensidade a Revolução de Abril e defendeu os seus valores e conquistas. Destacou-se no jornalismo, na imprensa e na rádio. Deixou à sociedade portuguesa um contributo de grande relevo no conhecimento da música, na sua dimensão artística, cultural e social, no plano nacional e internacional, das suas raízes populares à sua dimensão erudita.*-----

----- *Membro do Comité Central do Partido Comunista Português e do Executivo da Comissão Nacional da Festa do «Avante!», Ruben de Carvalho nasceu em Lisboa em 21 Julho de 1944.*-----

A

---- Ruben de Carvalho aderiu ao Partido Comunista Português em 1970. Foi funcionário do Partido entre 1974 e 1997. Era membro do Comité Central desde 1979. Foi Membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992 e do Conselho Nacional de 1992 a 1996. Foi Chefe de Redacção do «Avante!», órgão central do PCP, entre 1974 e 1995. Era membro do Executivo da Comissão Nacional da Festa do «Avante!» desde a 1.ª edição, em 1976. -----

---- Desde muito jovem teve intervenção activa na luta antifascista. Enquanto estudante integrou, em 1960, a Direcção da Comissão Pró-Associação dos Estudantes do Ensino Liceal e da Comissão Nacional do Dia do Estudante (de 1961 a 1964). Já estudante do Ensino Superior participou na luta académica em 1962. Em 1963 integrou a Direcção da Comissão Pró-Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa e no ano lectivo de 1964/1965 foi membro da Reunião Inter- Associações (RIA), sendo o responsável pelo Departamento de Informação. -----

---- Esta activa intervenção no movimento estudantil levou a perseguições constantes, por parte da polícia do regime fascista - PIDE - e às prisões fascistas de Caxias e do Aljube. Foi preso em 1961, 1962, 1963, 1964 e 1965/1966 e de novo em 7 de Abril de 1974. -----

---- Ruben de Carvalho foi membro das «comissões juvenis de apoio» à candidatura do General Humberto Delgado (1958). Foi activista da Oposição Democrática nas «eleições» para a Assembleia Nacional de 1961, 1965 e 1973, tendo nestas últimas integrado a Comissão Central da CDE (Comissão Democrática Eleitoral). -----

---- Após o 25 de Abril de 1974, foi da Direcção Nacional do Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) em 1974, e chefe de gabinete do Ministro Sem Pasta, Prof. Francisco Pereira de Moura, no I Governo Provisório. Foi repórter e redactor coordenador de «O Século» em 1963 e editor-paginador em 1971. «Chefe de redacção da Vida Mundial» em 1967. Teve colaborações em numerosas publicações: «Seara Nova», «Notícias da Amadora», «O Diário», «Diário de Lisboa», «Século Ilustrado», «Contraste», «JL», «O Militante», «Politika», «História», «Vida Mundial» (nova série), «A Capital», «Expresso». -----

---- Foi cronista no «Diário de Notícias» e comentador da SIC Notícias. Dirigiu entre 1986 e 1990 a rádio local «Telefonia de Lisboa» na qual produziu e realizou diversos programas. Foi membro do Conselho de Opinião da RTP em 2002. Produzia, desde 2009, o programa «Crónicas da Idade Média» e participou no programa «Os Radicais Livres» na Antena 1. -----

---- Foi membro da Comissão Executiva das Festas de Lisboa e da Comissão Municipal de Preparação de LISBOA 94 - Capital Europeia da Cultura, Comissário para as áreas de Música Popular e Edições de LISBOA 94 e Director artístico nomeado pela Câmara Municipal de Lisboa do Festival das Músicas e Portos (1999). Membro do Conselho Consultivo do Centro Cultural de Belém. -----

---- Foi membro da Comissão Executiva das comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril nomeado pelo Presidente da República. -----

---- Escreveu os livros «Dossier Carlucci-CIA», «Festas de Lisboa», «As Músicas do Fado», «Seis Canções da Guerra de Espanha», «Um Século de Fado», «Histórias do Fado», organizou o livro póstumo «As Palavras das Cantigas» de José Carlos Ary dos Santos e prefaciou diversas obras, nomeadamente «Nenhum Homem é Estrangeiro» de Joseph North. -----

---- Produziu diversos discos e espectáculos, nomeadamente «Uma certa maneira de Cantar», «A Internacional», «Pete Seeger em Lisboa», «25 Canções de Abril», «Lisboa Cidade Abril», «Carvalhesa», «Grândola», entre outros. -----

---- Ao longo de toda a sua vida, Ruben de Carvalho empenhou-se na luta, com o seu

Partido, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova liberta da exploração e da opressão. Assim como se bateu por uma cidade progressiva e justa, pelo bem-estar e a felicidade do povo de Lisboa.-----

----- *Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de Arroios propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, na sua sessão ordinária de 27 de Junho de 2019, delibere:*-----

----- *a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Ruben de Carvalho, guardando um minuto de silêncio;*-----

----- *b) Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à sua Família e ao Partido Comunista Português;*-----

----- *Os eleitos do Partido Comunista Português – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Francisco Duarte Canastrinha Tavares Alves*----- ”

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tinha uma moção para apresentar, reforçando mais uma vez sobre o quarteirão da Portugália, mas antes gostaria de falar sobre o que fora dito pela Camila e que devia fazer pensar.-----

----- Como muitas vezes referiam, o problema da habitação não era só da Cidade de Lisboa, sendo as cidades de Lisboa e Porto as que se calhar tinham o maior problema, mas que na realidade era um problema do País. Esse caso era tão grave como tantos e tantos que aconteciam na Cidade de Lisboa, na Freguesia de Arroios e no País. -----

----- As coisas tinham que ser feitas e agradecia a solicitude que a Senhora Presidente da Junta, Margarida Martins, tivera em querer pessoalmente tratar desse assunto, mas não podiam esquecer as centenas ou milhares de situações como as da Camila. As pessoas foram despejadas, foram para outros locais. Problemas gravíssimos, alguns que conhecia. Se calhar estavam todos um pouco com as situações.-----

----- Mais uma vez punha isso à consideração do Executivo da Junta de Freguesia, à consideração do PS que era Governo no País. Esse assunto tratava-se a montante e o problema da Lei do Arrendamento tinha que ser revista e alterada.-----

----- Não havia remendos que evitassem tudo aquilo que estava a acontecer. Só quando lhes caía em cima, ou dos amigos, dos vizinhos, percebiam quão grave era o problema. Assim como a questão dos transportes, eram problemas que precisavam ser tratados a montante. Mais uma vez pedia que isso fosse tido em consideração.-----

----- Quanto à moção sobre a Portugália, parecia ser uma moção igual à outra e em parte era, mas precisava de ser reforçado, o problema da Portugália era importante. -----

----- Na última vez não tiveram qualquer explicação por parte do Executivo e, entretanto, tiveram alguma informação, algumas palavras sobre o assunto da Portugália. Agradecia essa informação e ficava satisfeita ao saber da preocupação do Executivo. --

----- Mais uma vez reforçava, juntando-se a todos os moradores e a todos os amigos de Lisboa, porque não era um problema só da construção do edifício, do enquadramento local. Era mais que isso, era todo o problema ambiental, era todo o problema também económico, social.-----

----- Não acreditava que aquilo fosse resolver o problema da habitação ou do comércio local, porque não seria feito para os moradores, nem para as pessoas da média classe e dos jovens profissionais porque iam existir rendas interessantes. Um termo que adorara, aliás como outros.-----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

----- Moção -----

“----- *Projecto de Construção para o Quarteirão da Portugália* -----

----- *Ao pedido de licenciamento à Câmara Municipal de Lisboa para uma operação urbanística a realizar em parcela localizada na Avenida Almirante Reis, 115 a 117 A, operação de construção de quatro edifícios, um com 16 pisos, 60,2m de altura e cinco*

pisos subterrâneos, nos terrenos do quarteirão da Portugália localizado na intersecção da Avenida Almirante Reis, Rua Marques da Silva, Rua António Pedro e Rua Pascoal de Melo e os imóveis da Cervejaria Portugália e da antiga Fábrica de cerveja, já com parecer positivo dos serviços urbanísticos da Câmara de Lisboa, foi aberto debate público nos termos da alínea iii), b) do artigo 42.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa. -----

----- Sendo verdade que o projecto urbanístico recupera terrenos abandonados há anos, também é verdade que aquele não é consensual, logo contestado por um colectivo de moradores e amigos de Lisboa, criticado pela maioria dos partidos, afirmando, Ana Jara, vereadora da Câmara Municipal de Lisboa pelo Partido Comunista Português: "...isto é um absurdo...", "Nunca existiu um edifício assim na Avenida Almirante Reis, um eixo essencial e histórico de Lisboa, e abrir este precedente é assumir uma cidade que não serve os interesses dos cidadãos", e reforçada pelas imensas intervenções contra, durante os debates públicos, ver o do dia 21 de Maio no Mercado Forno do Tijolo. -----

----- Na continuidade do debate e estando em causa o impacto ambiental, descaracterização da zona, a segurança de pessoas e bens, os aspectos económicos e sociais, os eleitos do PCP à Assembleia de Freguesia de Arroios consideram necessário e exigem das entidades responsáveis envolvidas no processo, um olhar atento, responsável e a garantia da defesa dos interesses dos moradores da Freguesia de Arroios e dos munícipes de Lisboa. -----

----- Assim, propõem à Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária de 27 de Junho de 2019, que delibere: -----

----- 1. Manifestar o seu desacordo com a solução urbanística proposta a ser realizada em parcela localizada na Av. Almirante Reis, 115 a 117 A; -----

----- 2. Exigir uma tomada de posição, urgente, do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios e sua divulgação; -----

----- 3. Dar conhecimento desta moção: -----

----- À Assembleia Municipal de Lisboa; -----

----- À Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Lisboa, 27 de Junho de 2019 -----

----- Os eleitos do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Francisco Duarte Canastrinha Tavares Alves ----- ”

*----- **Membro José Matos (PS)** começou por agradecer todas as intervenções e disse que queria dar uma palavra de solidariedade ao caso da Senhora Camila, que expusera a sua preocupação. Indo ao encontro de problemas como o da Camila e de outros fregueses que se pronunciaram, nomeadamente sobre o tema da habitação, tinha uma moção para apresentar.* -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

Moção

“----- Pela “Cedência do Espaço do antigo Hospital Miguel Bombarda à Câmara Municipal de Lisboa” -----

----- Os eleitos do Partido Socialista apresentam à Assembleia de Freguesia de Arroios, para sua aprovação, uma moção pela transferência, do espaço do antigo Hospital Miguel Bombarda para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando: -----

----- 1. Que o Hospital Miguel Bombarda, desativado há mais de 10 anos e definitivamente encerrado em 2011, deixou praticamente inutilizada uma vasta área de terreno no centro da cidade de Lisboa. -----



- 2. *A grave crise de habitação a rendas acessíveis na Cidade de Lisboa, com particular impacto na Freguesia de Arroios;*-----
- 3. *Que cabe ao Estado promover políticas legislativas e de promoção do investimento público em nova habitação para arrendamento acessível;*-----
- 4. *Que a Freguesia de Arroios tem graves carências na área de equipamentos educativos e sociais, nomeadamente Creches, Escola Básica, Centro de Saúde, Espaços Verdes, desportivos e culturais;*-----
- 5. *Que não se considera aceitável que o Estado, sendo proprietário de uma importante área na Freguesia, o mantenha sem qualquer utilização, ao invés de colocar ao serviço das populações;*-----
- 6. *Que existe enorme escassez de terrenos livres disponíveis para construção deste tipo de equipamentos na Freguesia;*-----
- 7. *Que a construção dos referidos equipamentos exige uma articulação urgente entre poder central e local, na certeza de que o superior interesse público, com esta medida, não só estaria salvaguardado como representaria uma significativa melhoria da qualidade de vida de milhares de cidadãos;*-----
- *Propomos à Assembleia de Freguesia o seguinte:*-----
- a) *Que exija da Câmara Municipal de Lisboa e do Governo a tomada urgente de medidas para a cedência dos terrenos e infraestruturas do Hospital Miguel Bombarda para a autarquia, bem como da transferência dos meios e competências necessárias à sua gestão, recuperação e manutenção;*-----
- b) *Que o Município de Lisboa promova a realização, nesses terrenos, de construção de uma creche; uma escola EB 2, 3; um posto adequado para a Higiene Urbana; a manutenção do museu panótico (único em Portugal); construção de habitação a incluir nos programas de Renda Acessível da Câmara Municipal de Lisboa, assim como espaços verdes e infraestruturas de lazer e desporto.*-----
- c) *Que da presente moção, caso aprovada, seja dado conhecimento à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal de Lisboa, a todos os grupos parlamentares da AR, Ao Governo, e, em especial, ao Sr. Primeiro Ministro, ao Dr. Ministro das Finanças, ao Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, e ao Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais.*-----
- *Assembleia de Freguesia de Arroios, 27 de Junho de 2019*-----
- *Os eleitos do Partido Socialista*-----

----- **Membro Luís Correia (PSD)** começou por expressar o seu contentamento, como seria contentamento geral, sobre a participação de público na presente Assembleia. Era muito bom, para que a Freguesia funcionasse com interesse mútuo e não só daqueles que votavam nas Assembleias, aqueles que governavam a Freguesia, mas também mostrar que as pessoas estavam interessadas na vida da sua Assembleia. -----

----- O segundo ponto era um pedido, porque não tinham ali onde pôr os papéis. Considerava a Assembleia de Freguesia um local de trabalho, estavam a trabalhar. Mesas para pôr os papéis de apoio eram fundamentais para que pudessem ter um trabalho com melhor qualidade. O volume de papel que o Executivo produzia para cada Assembleia era maior e às tantas estavam a misturar umas propostas com outras. Com quatro mesas já teriam onde pôs os papéis. -----

----- Disse que tinha a sua atividade profissional e nem sempre se informava como gostaria. Quando não tinham tempo para ler todos os jornais, ver todos os telejornais e às vezes informar sobre questões mais específicas relativas à área de intervenção, deixava algumas perguntas. -----

----- Ouvira dizer, sem ter tempo para a aprofundar, que estava prevista nova intervenção no Mercado de Arroios e que teria a ver com mobilidade. Gostaria que tivessem um

mínimo de informação sobre a profundidade e as linhas, se era verdade que seria intervencionado.-----

----- Tinha dito na última Assembleia do anterior mandato que a intervenção no Mercado de Arroios era uma oportunidade perdida, olhando à volta para outros mercados como o Mercado da Ribeira, de Algés, de Campo de Ourique. Havia soluções que funcionaram muito melhor, visto os resultados, a convivência, o horário, etc.-----

----- Gostava de saber para também depois se pronunciar noutra Assembleia sobre aquilo que podia ser uma oportunidade para o Mercado de Arroios.-----

----- Relativamente ao metropolitano, havia questões sobre a estação. Existia uma carta de rescisão do contrato da empreitada que tinha sido adjudicada a uma empresa, com certeza o caderno de encargos seria diferente porque havia coisas feitas e para tirar, havia coisas mal feitas que era preciso reparar e o caderno de encargos era acrescentado nesses pontos. Portanto, gostava de ser informado nessa ou na próxima Assembleia para saber em que ponto estavam.-----

----- Era rescindido o contrato, o novo caderno de encargos estava feito ou não, a obra tinha sido metida novamente a concurso ou não, quando terminaria o prazo do concurso, quando se previa a adjudicação da obra, se o prazo era o mesmo e que supunha ser de 18 ou 20 meses. Não era comerciante e não tinha interesses profissionais na zona, mas para o próprio comércio saber como fazer os investimentos, etc.-----

----- Tinham que saber que, mesmo que as coisas corresse bem e a obra fosse adjudicada a seguir ao verão, nunca estaria pronta antes do Natal de 2020. As pessoas deviam entender isso, mas tinha falado com vários comerciantes que não faziam ideia. Os prazos eram esses e já tinha corrido mal, havia todo um processo a seguir que se pretendia o melhor possível.-----

----- Relativamente aos inconvenientes provocados pelo fecho da estação de metro, numa reunião na sala do Centro Social e Paroquial de São Jorge de Arroios tinha sugerido uma ideia e nunca mais ouvira ninguém falar sobre isso. Era uma reunião em que o público fora dizer as suas opiniões e o Executivo estava representado também para ouvir.-----

----- Gostava de saber a opinião e posição do Executivo relativamente a uma questão que sugerira e que era a carreira pendular. As carreiras de autocarros nascente-poente e poente-nascente pareciam uma solução inteligente porque o metro funcionava no vale e tinham os montes que as pessoas tinham que subir a pé e essas carreiras pareciam uma solução de travessia. Portanto, tinha sugerido uma carreira pendular entre o Areeiro e o Martim Moniz que desdobrava o autocarro 708.-----

----- Em relação ao Portugália Plaza tinha uma pergunta a fazer, saber se a Câmara tinha um prazo limite para apresentar um relatório. Tinha havido uma discussão pública e teria que haver uma conclusão oficial dessa discussão pública. Iam entrar num período de férias e queria saber se esse relatório seria antes, se haveria uma Assembleia para uma questão tão importante ou não.-----

----- Deixava também uma palavra de crítica à Câmara Municipal de Lisboa, que podia ser informada se alguém quisesse informar sobre isso, de ter desenvolvido um debate e uma discussão pública sem ter mostrado minimamente qual a sua posição sobre o assunto.-----

----- Na discussão pública ninguém punha em causa a qualidade arquitectónica, mas a Câmara deixara ir para discussão pública uma coisa que já ia minada, segundo pensava, com a ultrapassagem dos limites do PDM.-----

----- Relativamente ao Rúben de Carvalho, uma coisa que não era dita, fora uma das pessoas que impedira o café Império de ser um estúdio de televisão à porta fechada. Como cidadão de Arroios tinha a agradecer.-----

----- Membro António Valente (PAN) apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

“----- *Um mês sem óleo de palma - campanha de sensibilização nas escolas da Junta de Freguesia*-----

----- *É forçoso admitir que as alterações climáticas já começaram e que é urgente tomar medidas para que o aquecimento global seja travado ou minimizado.*-----

----- *Com a assinatura do acordo de Paris, alcançado em 12 de dezembro de 2015, foi reconhecida a importância do problema das alterações climáticas a nível mundial.*-----

----- *Neste acordo foram estabelecidas as metas a atingir e foram apresentados os planos de ação de cada País. No entanto, a luta contra as alterações climáticas deverá ser travada por todos, pelo que é necessário consciencializar os jovens para esta problemática.*-----

----- *Na Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude 2019, realizada este mês em Lisboa, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, salientou o problema das alterações climáticas, e mencionou que os jovens podem e devem liderar agora este combate global.*-----

----- *Considerando que é um combate de todos e que pequenas medidas podem significar a diferença, o PAN propõe ao Executivo da Junta de Freguesia de Arroios, que sejam criadas campanhas de sensibilização junto das escolas focadas no impacto negativo do consumo de produtos que são insustentáveis ambientalmente.*-----

----- *Estas campanhas deverão fomentar estilos de vida mais saudáveis e sustentáveis, e identificar claramente pequenas alterações nos hábitos alimentares e comportamentais que possam contribuir positivamente para a redução do aquecimento global.*-----

----- *Para a primeira campanha de sensibilização propomos o título "Um mês sem óleo de palma".*-----

----- *O consumo excessivo de óleo de palma é responsável pela desflorestação de grande parte das florestas tropicais, destruição de habitats e biodiversidade em muitas regiões do planeta.*-----

----- *A redução do consumo de produtos que contenham óleo de palma é uma medida de fácil implementação e com o impacto positivo no meio ambiente.*-----

----- *Esta campanha sensibiliza os jovens para a redução do consumo de óleo de palma, e simultaneamente alerta para a importância na interpretação dos ingredientes constantes nos alimentos.*-----

----- *Neste contexto, e tendo em conta que o óleo de palma é um produto que não faz parte da dieta mediterrânica, muito embora esteja presente em muitos dos alimentos que atualmente consumimos, propõe-se que a Junta de Freguesia de Arroios promova nas escolas da Freguesia a campanha: "Um mês sem óleo de palma".*-----

----- *O eleito pelo PAN (António Morgado Valente)*-----”

----- Continuando, disse que um dos pontos que não via mencionados em relação ao edifício da Portugália eram os problemas que um edifício com aquela volumetria, mesmo que resolvesse parte do problema da habitação, que não resolvia com certeza pelo tipo de projeto que era, mas mesmo que resolvesse, cinco pisos de cave para estacionamento numa avenida que dava acesso a grande parte dos hospitais de Lisboa e que já estava congestionada, era sobrecarregar aquela avenida quando pelo contrário deviam tirar tráfego e alargar passeios.-----

----- Outra questão era que a Senhora Presidente tinha falado nas estações do metro e seria importante melhorar as estações de metro, mas numa vertente de eficiência e não de embelezamento. Era importante tornarem-se mais bonitas, mas importante mesmo era a eficiência porque o metro ia cheio e tinham que esperar demasiado tempo.-----

----- Que soubesse, as estações não tinham acesso a pessoas com cadeira de rodas ou outros problemas. No Intendente não era possível a uma pessoa com alguma dificuldade apanhar o metro, tinha as escadas rolantes, mas nem estavam a funcionar.-----

----- Deviam melhorar as condições dos transportes públicos, mas sobretudo identificar a eficiência desses transportes e melhorar.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar a Rúben de Carvalho**, apresentado pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Moção “Projecto de Construção para o Quarteirão da Portugália”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, BE, PCP e PAN) e 1 voto contra (IND.)-----

----- **Membro José Matos (PS)** informou que o PS iria apresentar por escrito uma declaração de voto e fazer chegar à Mesa, porque apesar da votação ter sido favorável o PS não concordava na totalidade, tinha uma opinião que podia não ir 100% ao encontro do que o PCP pensava sobre essa matéria e queria transparecer a sua visão sobre o assunto.-----

----- **Bancada do PS** apresentou posteriormente a seguinte declaração de voto por escrito:-----

----- *“Declaração de voto à moção apresentada pelo PCP sobre o projecto de construção para o quarteirão da Portugália-----*

----- *Os eleitos do Partido Socialista concordam que é há muito necessário um projecto urbanístico para o quarteirão da Portugália que, seja de iniciativa pública ou privada, acautele o interesse dos fregueses de Arroios e assim constitua uma desejada mais-valia para todos aqueles que usufruem da cidade ou procuram nela habitar.-----*

----- *Contudo, somos da opinião que o debate público do projecto apresentado não foi tão transparente ou clarificador quanto poderia ter sido dadas as oportunidades várias que os seus promotores tiveram para esclarecer cabalmente que estudos foram ou não realizados, entre os quais ao nível da volumetria e ensombramento, respondendo assim às muitas inquietações dos lisboetas e, em particular, dos moradores de Arroios.-----*

----- *Os eleitos do Partido Socialista”-----*

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** referiu que o pedido para pôr à discussão a moção sobre o Hospital Miguel Bombarda tinha a ver com algumas preocupações quanto ao projeto, algo que já por diversas vezes o Executivo da Junta tinha referenciado.-----

----- Não estava contra que aquele espaço podia e devia ser bem aproveitado, não para hotéis como se estava a preparar e se mantinha. No entanto, tinha preocupações e uma delas era que na moção dizia-se o seguinte: “Que não se considera aceitável que o Estado, sendo proprietário de uma importante área na Freguesia, o mantenha sem qualquer utilização, ao invés de colocar ao serviço das populações”.-----

----- Parecia-lhe que se estava a referir o Estado como sendo proprietário do Miguel Bombarda e não sabia se era bem isso. A informação que tinha era que a Câmara Municipal de Lisboa vendera à ESTAMO, até por um valor que segundo constava já. A ESTAMO teria para ali um projeto de hotel e uma das suas preocupações tinha muito a ver com o património imenso daquele hospital que era preciso conservar e preservar. --

----- Um projeto desses era muito grandioso e preocupava como seria garantido todo o património que tinha a ver com o pavilhão da segurança psiquiátrica, tinha a ver com o balneário Dona Maria II. Existia lá também um museu que, segundo informação, era único desse tipo na Europa. Essa era uma parte que preocupava.-----

----- Outra questão era quem iria gerir, como seriam geridas essas construções, quem iria financiar todo esse projeto. -----

----- Não estava contra a ideia, considerava maravilhosa e aliás havia outros espaços na Freguesia que também podiam e deviam ser aproveitados para construção e para uso público. No entanto, tinha essas preocupações e não queria deixar de referenciar antes da votação. Votação essa que seria favorável porque no seu todo considerava que seria bom, que não fosse para hotéis e que fosse para serviço público. -----

----- Talvez faltasse um espaço para a terceira idade, que na Freguesia não existia, mas no seu todo era favorável, não deixando de pôr em questão essas coisas muito importantes. Um projeto desses era muito grandioso, saber quem o iria gerir, que financiamento, como seria a conservação e manutenção de todo esse património. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que a moção previa a salvaguarda do património arquitetónico. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** perguntou a que título o PCP tinha usado da palavra durante cinco minutos, uma vez que o Regulamento não previa. -----

----- Tal como PS tinha feito, uma proposta ou uma moção que fosse apresentada em Assembleia era objeto de voto, mas não havia debate. O Regulamento era claro no sentido de no período antes da ordem do dia cada Membro da Assembleia ter o uso da palavra durante dez minutos e por uma só vez, não existindo debate. Podia haver declarações de voto em relação às moções ou recomendações apresentadas. Gostaria de saber a que título o PCP utilizara cinco minutos do tempo na Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu que o PCP tinha usado cinco minutos para expor as suas dúvidas e dizer o que pensava acerca da moção. Era como se fosse uma declaração de voto e assim tinha sido entendido. -----

----- **Membro António Valente (PAN)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Eu vou votar a favor desta moção. Acho que a ideia é excelente, mas tenho uma série de dúvidas. Não sei se não seria o Estado Central a gerir um projeto desta envergadura.”* -----

----- *Eu recordo-me que a Câmara Municipal de Lisboa começou com o projeto de renda acessível em 2013 e seis anos depois as casas da Rua de São Lázaro, que agora disseram que estavam para arrancar... em 2014 já estavam publicados no site os projetos, mas cinco anos depois nem um único fogo foi disponibilizado e não está nenhum a ser construído.* -----

----- *Parece que a Câmara Municipal de Lisboa não tem capacidade para gerir um empreendimento desta envergadura, mas vou votar a favor.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação a Moção “Pela **Cedência do Espaço do antigo Hospital Miguel Bombarda à Câmara Municipal de Lisboa**”, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PS, BE, PCP, PAN e IND.) e 3 abstenções (PSD) -----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Um mês sem óleo de palma - campanha de sensibilização nas escolas da Junta de Freguesia”**, apresentada pelo PAN, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (PS, BE, PCP, PAN e IND.) e 4 abstenções (PSD e 1PS) -----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas das sessões anteriores;** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tinha reparado nessas duas atas, ao contrário do que era habitual, a apresentação dos Membros estava de uma forma que lendo não parecia correta e antes não era assim. -----

----- Logo na primeira página da ata nº 11 dizia que “assinaram a lista de presenças os seguintes Membros”, fazia referência a todos os Membros presentes e depois dizia, por

exemplo, que “faltaram à sessão os seguintes Membros: Anabela Martins Ferreira da Silva Valente, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Luísa Carvalho”.

----- Acontecia que todos aqueles que estavam a substituir não constavam em cima como assinando a lista de presenças. A verdade era que todos esses Membros assinaram a lista de presenças e deviam constar em cima. Era assim que se costumava e que era hábito estar em todas as outras atas. Essas duas estavam feitas de modo diferente e parecia que esses Membros não assinaram a lista de presenças.-----

----- Isso não faria com que votasse contra, mas se lessem viam que não estava muito bem.-----

----- Outra questão era que após a votação dos documentos apresentados, em três moções dizia-se que “O CDS-PP apresentou uma declaração de voto por escrito”, mas essa declaração de voto não estava na ata. Não sabia se era a mesma declaração de voto para as três moções ou se era uma declaração de voto diferente.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que a formulação de facto estava confusa e iria dar indicação para que não se voltasse a repetir e seriam integradas as declarações de voto...-----

----- Após um aparte, disse que então seria mencionado na ata que não foram entregues.

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 11**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria** com uma abstenção (PSD) e restantes votos a favor dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 12**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta**, referindo-se ainda ao período de antes da ordem do dia, disse que acabara de ser informada sobre o metro. O concurso fora lançado a 27 de fevereiro, as propostas foram abertas em julho e a obra deveria recomeçar em setembro.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, disse que a Junta de Freguesia em conjunto com a Câmara Municipal estavam a desenvolver um projeto no sentido de redinamizar o Mercado de Arroios. Tinha uma ocupação de cerca de 50% da sua área e a ideia era, mantendo as pessoas que lá estavam, redinamizar o mercado para que cumprisse a sua função económica e até social, valorizando aquele espaço.-----

----- Existia também um conjunto de projetos relacionados com a área da mobilidade e do espaço público, com alguma alteração das características do espaço público e da zona envolvente ao mercado. Pelo menos parte significativa daquele círculo, daquela grande rotunda, que fosse devolvida às pessoas. Havia ali zonas que eram um oceano de alcatrão e com um estacionamento desordenado.-----

----- Tinham essa proposta feita e também para haver maior clareza na ligação do mercado por exemplo a um parque de estacionamento que não estava assim tão afastado, da Alameda. As pessoas muitas vezes não faziam essa ligação e o parque da Alameda até estava subutilizado. Havia também um projeto para um corredor pedonal mais confortável e mais seguro entre o próprio mercado e a zona da Alameda.-----

----- Ainda sobre a Portugália, a questão dos lugares de estacionamento estava um pouco relacionada com o facto de terem um PDM de 2012 que quase empurrava os promotores para, ao fazerem reabilitação, terem que fazer estacionamento enterrado. --

----- Teria algum cuidado com as palavras, para que os seus colegas do Executivo não dissessem que iam perder as eleições por causa daquilo que dizia.-----

----- Atualmente essa forma de ver a reabilitação tinha que ser repensada. Era evidente que quanto mais estacionamento ofereciam eram mais carros que estavam a atrair. Isso

era um facto e tinha que ser feito com equilibrio e ligava-se com outra questão, a qualidade do sistema de transportes. -----

----- Se havia área estruturante da qualidade de vida das populações em geral e das áreas metropolitanas em particular era o sistema de transportes, ou mais do que isso, a política de mobilidade que falhara ao longo de quarenta e tal anos de democracia e por atuação de diversos governos. Tinha havido muito ecumenismo dos governos, do PSD, do PS, do CDS quando esteve, pouca atuação nessa área. -----

----- Isso levava a que se fizessem opções que se revelaram erradas ao longo de muitas décadas, com a não aposta nos transportes públicos. Olhando para o sistema de transportes metropolitano, o que transportava mais quantidade de pessoas era o sistema pesado, a ferrovia pesada. Em todas as áreas metropolitanas era assim. -----

----- Tinha havido um desinvestimento, um esquecimento dessa matéria. Aliás nos últimos anos, nomeadamente no período da troika, esse desinvestimento fora brutal. O sistema pesado ferroviário era muito sensível ao desinvestimento, rapidamente se degradava. O tempo de recuperação para que retomasse níveis de eficácia e de eficiência adequados era muito demorado e o nível de investimento necessário muito maior. -----

----- Tinham que voltar a apostar no sistema de transporte pesado, porque era esse que garantia uma parte significativa das respostas. Se funcionasse em conjugação com os transportes rodoviários, nomeadamente a Carris e todos os outros operadores mais capilares, isso tudo começava a funcionar em rede. Exigia planeamento e uma política continuada de investimento nessa área, o que aliás tinha imensos benefícios económicos e sociais, para não falar dos ambientais que também eram económicos. -----

----- Era uma matéria muito descuidada, assim como a habitação, se bem que a habitação tivera um momento mais positivo com a erradicação das barracas, especialmente na Área Metropolitana de Lisboa, mas excetuando esse período não tinha havido políticas sustentadas na área da habitação e nomeadamente do Estado Central, a quem cabia em primeiro lugar a promoção de políticas na área do investimento e na área legislativa da regulação. -----

----- A Membro Fernanda Lacerda tinha levantado a questão da Lei das Rendas, mas a verdade era que, culpa da “geringonça”, não havia uma alteração à Lei das Rendas de uma forma significativa. Aí todos eram responsáveis. -----

----- Quando o Estado resolvia optar por ter uma política de devolução de rendimentos direta às famílias, não se podia esperar que o Estado tivesse um nível de investimento que fosse necessário para resolver um conjunto de problemas. Quem promettesse que podia devolver rendimentos e investir de forma ilimitada no sistema de transportes, não estava a falar verdade. -----

----- Disse que tanto o PCP como o BE nas discussões do Orçamento de Estado, nunca tinha visto como primeiros aspetos, excetuando na matéria dos passes sociais que em grande medida fora levantada pelos municípios, mas nunca tinha visto os partidos que também apoiaram o Governo... não esperava muito dos partidos da direita sobre essa matéria mas dos da esquerda esperaria um pouco mais. -----

----- Ao falar-se das opções orçamentais do Estado nunca estivera na primeira linha das reivindicações a matéria da mobilidade e a matéria da habitação. Estiveram outras questões claramente importantes. Os fundos não eram ilimitados. -----

----- **O Vogal do Executivo António Serzedelo** disse que se tratava de pôr a circunstância da habitação num âmbito mais largo. De facto, não era só em Lisboa, no Porto também e até com mais gravidade do que em Lisboa e em outras cidades do interior do País estava a acontecer a mesma coisa. -----

----- Também não era exclusivamente em Portugal, havia o movimento em todo o mundo chamado globalização e particularmente a capacidade que as pessoas tinham de viajar a preços baixos para cidades onde encontravam, através dos novos meios de aluguer de casas, preços relativamente baratos e alimentação quando comparado com o que pagavam. -----

----- O facto de Portugal sair nos grandes rastreios internacionais, poucos dias antes saíra Lisboa como a décima melhor cidade do mundo e uma das cem mais caras cidades do mundo. Em Paris acontecia exatamente a mesma coisa, as pessoas estavam a ser tiradas do centro e a ir para a periferia, como acontecia em Londres, em Lyon, em Madrid, em Barcelona, em Amesterdão. -----

----- O que estava a acontecer não era exclusivo da má governação do Governo ou da “geringonça”, era um fenómeno que tinha de ser encarado a vários níveis e não exclusivamente a nível local. -----

----- Por outro lado constatava que o passe de 40 euros criado e que era uma grande medida encorajava os trabalhadores com dificuldades nas grandes cidades a irem para a periferia, onde alugavam ou compravam casa. Um mês antes tinha acompanhado um amigo que queria comprar casa, foram para lá de Vila Franca de Xira e o promotor dizia que já tinha vendido 200 casas porque as pessoas estavam a fugir de Lisboa e valia-lhes mais ir para Alenquer, onde compravam casas a 40 ou 50 mil para uma família e depois utilizavam o passe ou iam de carro para os seus centros de trabalho mais depressa do que por vezes os cidadãos que viviam na própria cidade chegavam ao seu posto de trabalho, porque as ruas estavam entupidas. -----

----- Havia que medir essa questão e não pensar que era exclusivamente uma culpa do Governo ou da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O passe de 40 euros era uma medida inteligente porque mantinha durante o dia os trabalhadores, mas retirava-os para a periferia, para as casas que compravam ou alugavam e onde podiam viver com melhor conforto e felicidade do que provavelmente viveriam em Lisboa, em quartos alugados ou de outra forma. -----

----- **Ponto 4 – Tomada de posse de novo membro à Assembleia de Freguesia;**-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia referiu que a Membro Beatriz Dias do BE tinha pedido a demissão, pelo que seria dada posse à Membro Margarida Antónia Antunes Barata. -----

----- (Verificada a identidade e legitimidade, Margarida Antónia Antunes Barata tomou posse como Membro efetivo da Assembleia de Freguesia de Arroios) -----

----- **Ponto 5 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do n.º 2, do art.º 9º, da Lei n.º 75/2013;** -----

----- A Senhora Presidente da Junta disse que a atividade da Junta de Freguesia de Arroios no último trimestre pautava-se por um grande progresso e novidades muito positivas para Arroios. A celebração dos contratos de delegação de competências e contratos interadministrativos com a Câmara Municipal e a necessária transferência de verbas capacitara a Junta para dar respostas a problemas que todos os dias os fregueses apresentavam e que se prendiam com manutenção do espaço público e higiene urbana.

----- Arroios era uma Junta dinâmica e próxima dos fregueses, com hábito de contacto direto com qualquer Membro do Executivo e com participação atenta de fregueses, tanto nas reuniões públicas como nas Assembleias de Freguesia, chamando à atenção para os problemas mais prementes. De facto, as questões que mais preocupavam as pessoas eram o espaço público e a higiene urbana e com essa prioridade presente, não só no Orçamento para 2019 mas nas ações concretas, a Junta começara por fazer um esforço extra. Aproveitava para agradecer aos trabalhadores, não só pela recolha de todo

o lixo ao domingo, mas também com a recolha de monos, que como sabiam era competência da CML. -----

----- Com a aprovação pela Assembleia dos CDCs estavam em condições não só de proceder a obras importantes em toda a Freguesia, melhorando a mobilidade e fazendo as reparações necessárias dos passeios, lançando empreitadas em várias praças e bairros para a melhoria do espaço público, como reforçar a contratação de mais cinquenta trabalhadores para a higiene urbana e espaços verdes, o que seria uma mais valia não só para a Junta mas essencialmente para os fregueses. -----

----- Tal procedimento seria para a integração no mapa de pessoal e seria lançado o concurso em julho, atendendo a que a Câmara Municipal transferisse as verbas necessárias não só para o investimento em meios humanos, mas também técnicos.-----

----- Por outro lado, estavam a repensar a mobilidade na Freguesia, melhorando não só os passeios e requalificando as praças, como projetando o estacionamento de forma a permitir mais segurança para peões e condutores. -----

----- Aproveitava para anunciar que a Freguesia iria ter mais estacionamento, cerca de 200 lugares junto ao Jardim Constantino e posteriormente após algumas obras mais 100, situação que daria resposta a muitos que trabalhavam e viviam em Arroios. -----

----- Contudo, não se esqueciam as reivindicações junto do Metro e da Carris, mais carruagens, mais carreiras, carreiras de bairro, limpeza das estações e fim das obras na estação de Arroios. Por isso se tinham batido até encontrar uma solução benéfica para os utentes e para os comerciantes. -----

----- Por outro lado, salientar que nesse trimestre fora ainda possível obter o apoio do Senhor Presidente da Câmara na reivindicação pelos terrenos do Hospital Miguel Bombarda junto do Senhor Primeiro-Ministro para a construção de equipamentos sociais na Freguesia, nomeadamente creches, escola EB 2-3, habitação a preços acessíveis, novo posto para a higiene urbana, a revitalização do Museu Panóptico e a abertura de novas vias de ligação rodoviária na Freguesia.-----

----- Essa reivindicação tinha sido transmitida por si ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Governo e sabia que estava a ser analisada pela ESTAMO, detentora dos terrenos. -----

----- Também nesse trimestre, além das muitas atividades desportivas, das atividades para séniores e para crianças, destacava os “Dias da Liberdade”, que na sua terceira edição fora novamente um sucesso, envolvendo o movimento associativo da Freguesia, livrarias, bandas, espaços para mulheres e liberdade, cinema para crianças, mostras culturais, demonstrando quão vivos estavam na Freguesia os valores da democracia e da liberdade que tanto deviam prezar e defender. -----

----- Por fim um tema que tinha agitado as águas e com razão na Freguesia e na Cidade de Lisboa, o projeto para o quarteirão da Portugália. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, apesar da consulta pública, não prestara os esclarecimentos cabais à população, que acorrera em massa para questionar e participar. Não demonstrara que fossem feitos estudos hidrogeográficos ou de ensombramento, não identificava as mais valias e compensações que existiriam para a Freguesia de Arroios e seus moradores, quais os espaços verdes que seriam públicos, entre muitas outras questões que ficavam por responder e que mereciam a oposição geral dos fregueses. ---

----- Num momento em que a carência habitacional era tão sentida em Lisboa, qualquer projeto que implicasse a construção de habitação tinha obrigatoriamente um papel social e de serviço público, dando resposta às questões que a população colocava. -----

----- A Junta de Freguesia saudava todos os que compareceram na sessão de esclarecimento e, entendendo a necessidade de requalificação do espaço, colocava-se ao lado dos que exigiam mais discussão e mais informação sobre o projeto a aprovar. -----

Handwritten signature and the letter 'A' in blue ink.

----- Agradeceu a todos os trabalhadores que contribuíram todos os dias para a melhoria do serviço público e para que tivessem de forma tão completa aquela que era a informação sobre as atividades da Junta de Freguesia e para que a Assembleia desempenhasse cabalmente o seu papel e se cumprissem os deveres de transparência e informação, pelos quais a Junta se pautava.-----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que a Senhora Presidente tinha referido dois pontos importantes, um deles era a transferência de competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia e outro era a higiene urbana.-----

----- Sobre a transferência de competências, gostaria muito de perceber como era feita em alguns casos. Nos últimos tempos tinha recebido algumas queixas dos comerciantes em relação às licenças. Enquanto as licenças eram feitas pela Câmara Municipal, recebiam uma carta, dirigiam-se à Câmara e com essa carta faziam o pagamento da licença, por exemplo um toldo de um restaurante ou de um café. Era um processo célere e eficiente.-----

----- Segundo lhe disseram alguns comerciantes da zona da Freguesia de Arroios, quando se dirigiam à Junta de Freguesia para fazer o pagamento de licenças tinham que preencher modelos com informação inicial do pedido de licença, era uma renovação e perdiam imenso tempo.-----

----- Imaginava que pudesse acontecer esse tipo de situações, mas era importante sempre que houvesse uma transferência de competências da Câmara Municipal para a Junta ir também o *know-how*, as ferramentas informáticas e essa informação toda. Era importante receber os meios técnicos e essa exigência tinha que ser feita pela Junta. Começar a trabalhar numa coisa que depois não tinha as competências adequadas para o fazer, ou prejudicando o trabalho que era feito anteriormente, não fazia muito sentido.-

----- Outro ponto era a higiene urbana, mais outra questão em que era preciso saber se tinham os meios e se a transferência de competências para a Junta ia com todos os equipamentos, o que iria associado.-----

----- A título de exemplo podia falar dos moradores da rua no cruzamento com a Almirante Reis junto ao metro dos Anjos. O primeiro mail enviado para a CML e para a Junta de Freguesia era de abril de 2015, no anterior Executivo e também já no atual. Sabia que era muito complicado gerir isso. Naquela rua havia uma série de sem-abrigo que ali pernoitavam e viviam, sendo as necessidades feitas entre os carros e à porta dos moradores.-----

----- Os moradores já apresentaram algumas propostas ao Executivo para resolver o problema e segundo eles não obtiveram qualquer resolução. Gostaria de saber se estavam a par dessa situação, se tinha sido feita alguma diligência para resolver o problema e o que se poderia fazer.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tinha algumas situações para colocar, sendo a primeira delas que em diversas Assembleias o PCP fazia algumas observações e sugestões quanto à apresentação da Informação. Verificava que continuavam trimestralmente sem que fosse dado andamento a algumas sugestões que considerava prementes e que iam melhorar a apresentação.-----

----- Sobre os recursos humanos tinha algo que queria esclarecer. Na Assembleia de abril, vissem a ata número 11 na página 293, no prosseguimento da integração dos trabalhadores com vínculo precário, depois de terem falado em 68 trabalhadores integrados, era informado pelo Executivo que não foram 68 e sim 71. Não considerara correta essa informação e como tal pedira um esclarecimento ao Executivo, que dera uma resposta rápida e esclarecedora, a qual agradecia.-----

----- No entanto, essa resposta ia confirmar aquilo que se tinha dito. Aliás, tinham falado em 68 trabalhadores integrados e na resposta estavam 67, menos um, sendo explicado

que um trabalhador tinha recusado integrar os quadros já depois de ter a sua homologação.-----

----- Quería fazer esse esclarecimento para que ficasse em ata, assim como estava em ata de abril que eram 71. Não foram 71, foram 67.-----

----- Perguntou para quando a abertura dos concursos para as vagas do quadro de pessoal, visto que se punha o problema da higiene urbana e outros. Sabia que estavam a entrar pessoas a recibo verde e tinha receio que tivesse acabado um processo de integração de trabalhadores precários e se começasse a formar um novo exército de trabalhadores em situação de precariedade.-----

----- Nas compras e contratação pública apresentavam um quadro que já no trimestre passado tinha considerado esclarecedor, onde se podia verificar qual o estilo da contratação pública. No entanto, chamava a atenção para a dificuldade da leitura das siglas. Parecia-lhe que esse quadro podia ser melhorado.-----

----- Também sugeriram para que fossem cumpridas as regras de transparência e concorrência, não pondo em questão os ajustes diretos e tendo em atenção que estariam dentro da legalidade, mas que determinados valores fossem feitos com consulta prévia.

----- Na ação social falava-se do cartão Mais Arroios e já em março se dizia que tinha havido uma descida de 28 processos em relação a 2018, agora falava-se na descida de mais 43 processos em relação ao trimestre anterior. Também se mencionava que as razões para essa descida podiam ser de índole económica ou por razões de não apresentação de documentação. Mais adiante dizia-se que nas emergências o motivo principal tinha a ver com a questão habitacional, consequência da nova Lei do Arrendamento.-----

----- Geralmente as pessoas que tinham acesso ao cartão Mais Arroios eram carenciadas e pessoas mais idosas. Iam morrendo, desapareciam, outras foram despejadas por causa da Lei do Arrendamento e já não existiam na Freguesia. Esse assunto devia ser visto.--

----- Também se falava no aumento do número de sem-abrigo na Freguesia. Isso era preocupante e gostava de saber quais as razões desse aumento.-----

----- Gostaria também de saber se haveria algum desenvolvimento na solução para as instalações do clube escolar Camões, tendo em vista as obras do liceu.-----

----- Quanto à relação do cidadão havia algo que gostaria de ver esclarecido. Era apresentado um mapa que tinha atestados e requerimentos – 5140. No trimestre anterior tinha 5049. No entanto, em 2018 o número apresentado era cerca de 15000. Gostaria de saber quantos eram os atestados de residência porque esses números eram indicadores de um grande afluxo de imigração que se estava a instalar na Freguesia. Perguntou se a Junta estava a equacionar e preocupada com esse grande afluxo, tendo em atenção a questão da habitação na Freguesia, do emprego e da Língua.-----

----- Se estavam com problemas de habitação, a pergunta que fazia era como estariam a viver essas pessoas e queria saber se a Junta tinha alguma nota dessa informação.-----

----- Perguntou se havia algum desenvolvimento sobre a esquadra de Arroios, visto que continuava o posto de atendimento.-----

----- Quanto à carreira de bairro que não existia, seria aquela que passava pela Damasceno Monteiro e que estavam fartos de equacionar.-----

----- Na posição financeira havia um grau de execução de 57%, superior à média. No entanto o saldo de bancos, cerca de 2.830.000 parecia muito excessivo. Tendo em consideração que havia compromissos por pagar em cerca de 800.000 ainda ficava cerca de 2.000.000. Se estavam em saldo em banco significava que não era gasto e que faltava investimento.-----

----- **Membro Vítor Teles Fernandes (IND.)** disse que tinha dois assuntos e um deles era pegando um pouco na questão do Mercado de Arroios, quando a ideia chegasse a

PP A
J

tomar forma de papel, pelo menos que todos os comerciantes fossem ouvidos porque eram os principais preocupados com o que seria o Mercado de Arroios. O Mercado de Arroios devia ser uma prioridade da Junta de Freguesia, em breve teriam o Mercado 31 de Janeiro como exemplo de modernidade da Freguesia, mas que não deixassem o Mercado de Arroios como parente pobre e uma zona menos querida da Freguesia. -----

----- Em relação ao jardim Cesário Verde, continuava com o piso intransitável. Já tinham falado sobre esse assunto e da parte do Executivo fora assegurado que estaria em execução um projeto de remodelação do piso. Regozijavam-se todos com o Campo Mártires da Pátria, que ficara exemplar para a Freguesia de Arroios e para as outras. ---

----- Chamou a atenção para a questão que lentamente se estava a verificar no Jardim Constantino, fruto do fecho do quiosque. Estava a deteriorar-se por ausência de comércio ali e, portanto, alertava para a urgência da conclusão do concurso para exploração do quiosque, que lhe parecia poder mudar um pouco o cenário que ali se vivia atualmente. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, disse que a Junta não tinha que ser advogada de defesa da CML, mas o programa de renda acessível tinha sido anunciado pelo Presidente Fernando Medina no dia da sua tomada de posse em 2015 e tinha sido feito um intenso trabalho nessa matéria. Não estavam ainda casas a ser construídas no âmbito desse programa porque havia uma decisão do Tribunal de Contas numa primeira análise, porque havia um recurso a decorrer, não dar o visto a essas operações. -----

----- Em democracia os que exerciam cargos políticos eram obviamente criticáveis, mas também os tribunais e jornalistas eram criticáveis, todos eram sujeitos à crítica. Pessoalmente entendia, e muitos achavam a mesma coisa, que a decisão do Tribunal de Contas era incompreensível. Era o mesmo Tribunal de Contas que dera um conjunto de vistos a parcerias público-privadas na área das rodovias, que aliás deram o que deram, mas que levantava questões sobre os contratos do programa de renda acessível da Câmara de Lisboa, cujo único risco era não haver mercado. -----

----- Um programa com rendas entre 200 e 500 euros para tipologias entre T1 e T4, o risco de não ter mercado, isso era uma coisa que não fazia qualquer sentido. -----

----- Enquanto os outros países da Europa tinham uma forma de atuação mais expedita, nas instituições portuguesas havia uma postura por vezes esquizofrénica na forma de abordar esses temas. Podia já estar no terreno um conjunto de habitações para a renda acessível, nomeadamente na Freguesia. -----

----- Havia um recurso por parte da CML que estava em apreciação e esperava-se que o Tribunal de Contas emendasse a mão. Era incompreensível que se pudesse chumbar um projeto dessa natureza, com risco tão baixo para a parte pública, quando muitos outros foram passados com riscos superiores. -----

----- Tinha havido uma intervenção na sessão pública da Portugália por uma das pessoas que lá estava, parecia-lhe que até seria da lista do PSD à Vereação da Câmara de Lisboa, dizendo que nunca iriam existir casas de renda acessível em Lisboa com essa metodologia. Nem de promoção completamente pública, como a Câmara estava a fazer, nem com concessões e parcerias entre público e privado. -----

----- Isso levava a outra questão, continuavam com uma atitude proclamatória na forma de resolver os problemas. Agarrados a um conjunto de preconceitos, muitas vezes ideológicos, não conseguiam pôr no terreno as soluções que as pessoas precisavam. As pessoas que seriam beneficiárias do programa de renda acessível não estavam muito interessadas se havia uma parceria entre o público e o privado ou se era estritamente público, elas queriam habitações no terreno. -----

----- Quando se estava sem poder executivo e havia atitudes demasiado proclamatórias e ideológicas, depois como poder executivo falhavam na resolução dos problemas e isso



levava a outra questão, os sem-abrigo, que era aliás uma questão interessante e difícil. Quando diziam que o número de sem-abrigo tinha aumentado na Freguesia era porque se calhar havia um conjunto de respostas na Freguesia que levava à atração dessas pessoas. -----

----- Era tempo do pelouro dos direitos sociais da CML atuar nessa matéria, porque a Junta de Freguesia de Arroios tinha feito tudo para chamar à atenção desse assunto. Havia pessoas a viver em situação de indignidade, mas tinham um desperdício enorme de recursos com resultados pobres, assim como tinham os habitantes a viver em situações de insalubridade em várias situações, por muito que a Junta tentasse lavar essas zonas e promover a limpeza pública. -----

----- Se continuassem a ter uma abordagem que variava entre a caritativa, normalmente associada à direita, e uma abordagem poética mais à esquerda, nunca o problema dos sem-abrigo seria resolvido. Era um problema que tinha a ver com doença mental, alcoolismo, dependências, problemas sociais de falta de habitação. Ainda assim, de acordo com os dados que tinham na Junta de Freguesia, era uma minoria. Enquanto isso não fosse abordado como foram abordados outros temas da sociedade, como o HIV por exemplo, com ciência, com atuações claras e mais pragmáticas, continuariam a discutir o problema dos sem-abrigo porque não haveria solução nenhuma. -----

----- No seu caso era convictamente de esquerda, mas aí confessava que não era um problema de esquerda ou de direita, era um problema de atuação de equipas multidisciplinares para resolver. -----

----- Sobre irem os meios agarrados à transferência de competências, em parte sim. Esses processos nunca eram completamente isentos de mácula. Aliás, o PCP lembrava isso muitas vezes. No caso da higiene urbana, os novos contratos de delegação de competências iriam permitir contratar mais trabalhadores para resolver os problemas de higiene urbana da Freguesia, mas também permitia que fossem adquiridas mais varredouras mecânicas, mais sopradores, mais equipas para lavagem e para limpeza da zona envolvente aos ecopontos, que passava a ser uma competência das Juntas de Freguesia. -----

----- A Membro Fernanda Lacerda levantava uma questão, quando lançariam os concursos para os trabalhadores da higiene urbana, mas depois também dizia que estavam a contratar pessoas a recibos verdes. Sabia-se que esses concursos demoravam mais tempo do que gostariam e o que se estava a fazer era contratar trabalhadores em regime de prestação de serviços que depois iriam submeter-se ao concurso. Haveria formas no concurso de ter em conta isso, no sentido de não existir esse exército de precários. -----

----- A opção era esperar pelo concurso e não fazer nada, esperavam uma série de meses e continuavam com 43 trabalhadores na higiene urbana. Isso não era aceitável. -----

----- Depois dizia-se que não executavam o Orçamento, mas se não contratassem os trabalhadores em regime de prestação de serviços ainda executavam menos Orçamento. Tinha que haver respostas rápidas para as pessoas e, portanto, teria que haver um compromisso. -----

----- A Freguesia de Arroios era um bom exemplo da integração dos precários e não iriam voltar à situação dos precários, mas tinham que dar resposta às pessoas e não podiam ter 900 mil euros à espera de que os concursos se desenrolassem, não acontecendo nada durante meses. Tinha que pôr essas pessoas a trabalhar, para bem da Freguesia, e depois seriam integradas no âmbito dos concursos. -----

----- Relativamente à baixa execução do Orçamento, a Membro Fernanda Lacerda era uma pessoa muito atenta e bem à questão financeira, mas aí talvez não tivesse interpretado bem os números. Na revisão orçamental tinha-se insuflado um valor muito

significativo e as existências em banco eram muito elevadas porque do contrato de delegação de competências da CML para as obras, 3,1 milhões de euros, a Câmara já transferira a primeira tranche. -----

----- A Lei dizia que não podiam lançar empreitadas enquanto não estivessem em Orçamento, o que só acontecera dois meses atrás, mas tiveram imediatamente uma transferência. Não era possível em dois meses executar 1,2 milhões e a razão era essa. Havia uma entrada líquida em termos de tesouraria de 1,2 milhões mais cerca de 200 mil euros do contrato de delegação de competências da higiene urbana, o que insuflara brutalmente as disponibilidades financeiras da Junta em termos de tesouraria que iriam diminuir ao longo do tempo. -----

----- **O Vogal do Executivo André Gomes** disse que tinha estado reunido com o pessoal nas últimas semanas e estavam a prever fazer uma reunião extraordinária do Executivo no dia 8 para lançar o procedimento de 55 vagas, mediante o contrato de delegação de competências da Câmara. Isso se tudo corresse bem. Todos os que estavam a entrar por ajuste direto podiam concorrer. -----

----- Também iriam abrir concursos na área das varredouras e outros equipamentos, mediante essas delegações de competências. -----

----- Quanto à relação com o cidadão, não tinha os dados dos atestados e oportunamente responderia. -----

----- Sobre a esquadra de Arroios não havia novidades. Gostariam que passasse a uma esquadra efetiva. Mantinha-se um posto de atendimento, mas a intenção da Junta era que fosse uma esquadra propriamente dita, com um efetivo de cerca de sessenta homens. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta**, acerca do clube, esclareceu que as instalações não eram da Junta, eram do Liceu Camões. De qualquer forma ajudava o Liceu Camões a tentar resolver o problema, que não era fácil, mas falavam com diversas entidades para resolver, entre as quais estava a Academia Militar. Procurava-se, mas infelizmente não era fácil. -----

----- **O Vogal do Executivo André Gomes** referiu que brevemente seriam feitas obras no posto de limpeza da Aquiles Monteverde, que estava muito degradado para os funcionários. -----

----- **Ponto 6 – Análise, discussão e votação do Regulamento dos Apoios Sociais;**---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** esclareceu que o regulamento tinha estado em consulta pública e, segundo lhe fora informado pela Junta, não havia qualquer observação. Portanto, partia do princípio que era uma discussão pacífica. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que na realidade o regulamento estivera em consulta pública e lera o relatório, segundo o qual não havia contributos, mas havia duas coisas que gostaria de referir: -----

----- No artigo 16 pedia-se para o cartão Mais Arroios o comprovativo dos rendimentos do ano anterior, modelo IRS do ano anterior ou conforme a data do pedido de apoio, e comprovativo da liquidação. Não sabia se o comprovativo da liquidação seria muito justo, dado que a pessoa que pedia um cartão Mais se calhar estava numa situação económica em que não podia ter pago o IRS. -----

----- Quanto ao artigo 17º, lembrava-se de terem falado num cartão idêntico ao cartão Mais Arroios para os animais de companhia, para que as pessoas carenciadas pudessem ter serviços de veterinário para os animais. Talvez devesse estar nesse regulamento. ----

----- Também não via nada quanto ao Praia-Campo das crianças, via dos séniores mas não via das crianças. Se calhar tinha-lhe falhado e pedia desculpa se aconteceu isso. ---

----- No artigo 11º, entre as alíneas e) e n) referiam-se algumas regras. Parecia-lhe que essas regras não deveriam fazer parte de um regulamento e sim uma alínea como tinha

noutros artigos dizendo “respeitar e cumprir as regras de funcionamento da Junta de Freguesia de Arroios, nomeadamente as normas de conduta”.

---- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que haveria um regulamento próprio do Praia-Campo para as crianças, esse era o regulamento de apoio social que fora revisto pelos juristas da Junta e que estivera em consulta pública e que ninguém quisera alterar.

---- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o Regulamento dos Apoios Sociais, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 13 votos a favor (PS, PCP, BE e IND.) e 3 abstenções (PSD).

---- **Ponto 7 – Análise e autorização da Celebração dos Protocolos:**

---- **a) Parceria referente a distribuição do Banco Alimentar entre a JFA e o Centro Social e Paroquial de S. Jorge de Arroios;**

---- **b) Protocolo de Parceria entre a Junta de Freguesia de Arroios e a Associação Conversa Amiga (ACA) – Quiosque da Saúde;**

---- **c) Protocolo de Parceria para a recolha de géneros alimentícios entre o LIDL & Companhia, Dariacordar – associação para a recuperação de desperdício e a JFA;**

---- **d) Minutas de Protocolos de Colaboração Atividades de Animação de Apoio à Família (AAAF) e o Protocolo de Colaboração Componente de Apoio à Família 2018 2019.**

---- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que sobre o Banco Alimentar estava mencionada a distribuição de bens por residentes do pólo dos Anjos. Perguntou se eram de facto só os residentes do pólo dos Anjos ou outros, porque nunca via nada mencionado dos outros pólos, era sempre pólo dos Anjos.

---- Também dizia que a Junta de Freguesia disponibilizava espaços para desenvolvimento de atividades acordadas, informações e recursos humanos suficientes e necessários, assim como armazém para recolha de bens. Gostaria de saber que espaço seria cedido e onde. Também dizia não haver encargos financeiros, mas a pergunta era se com a cedência desse espaço para armazém não haveria custos, se não haveria custos também com os recursos humanos.

---- No protocolo da Junta com a Associação “Conversa Amiga – Quiosque da Saúde” não tinha nada a referir. A única coisa era ter uma data de 8 de fevereiro. A mesma coisa acontecia com as minutas, com datas de 16 de janeiro, pelo que perguntava a razão desses protocolos não terem sido apresentados nas sessões anteriores.

---- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, disse que não respondera ao Membro Vitor Teles Fernandes e tinha toda a razão sobre o Jardim Cesário Verde. Durante o ano seriam feitas as obras do piso.

---- Relativamente ao Jardim Constantino, o concurso estava concluído e estava-se em fase de habilitação, o concorrente vencedor estava a entregar a documentação para ser assinado o contrato, que seria assinado muito em breve e iria reabrir o quiosque. A Junta tinha cedido esse espaço a um estudante alemão que estava a estudar a questão da turistificação e gentrificação, estava a fazer um conjunto de iniciativas no quiosque que eram muito interessantes, porventura criticando aquilo que faziam, mas era assim que as coisas tinham que ser feitas.

---- Convidava todos a que pudessem participar nesses debates e nessa iniciativa, cujo mérito era da inteira responsabilidade desse estudante e da equipa da Universidade Autónoma que estava a estudar essa matéria. Eram iniciativas e momentos de debate interessantes.

[Handwritten mark]

----- Relativamente à questão levantada pela Membro Fernanda Lacerda, tinha toda a razão, deviam ser mais expeditos a levar os protocolos à Assembleia de Freguesia. Tiveram protocolos que demoraram quatro anos para irem à Assembleia de Freguesia, já conseguiram reduzir para seis meses esse prazo e muito em breve iriam conseguir apresentar os protocolos em tempo. -----

----- A última Assembleia de Freguesia tinha imensos pontos na ordem de trabalhos e era também uma razão, mas fariam um esforço para que isso fosse corrigido. -----

----- A **Senhora Presidente da Junta** disse que o espaço de armazém era o que existia, que já ia dos Anjos e que requalificaram. Era o mesmo espaço onde faziam recolha de alimentos e guardavam, mas requalificado e em condições de higiene. -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação os **Protocolos constantes do ponto 7 da ordem de trabalhos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa às deliberações dos pontos 6 e 7 da ordem de trabalhos, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Esgotada que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a sessão, eram vinte e três horas e vinte minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO *[Handwritten Signature]* 2º.SECRETÁRIO *[Handwritten Signature]*

----- PRESIDENTE -----

[Handwritten signature]